

documentos

Na liquidação do subdesenvolvimento, na edificação do socialismo

A nossa batalha desenvolve-se nas condições de uma economia de guerra

— Presidente Samora Machel na abertura da 13.ª Sessão da Assembleia Popular

Ao proceder à abertura da 13.ª Sessão da Assembleia Popular, que se realizou em Maputo, o Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, proferiu o seguinte discurso:

Senhores Deputados,
da Assembleia Popular,
Senhores membros
do Corpo Diplomático,
Senhores Convidados,
Minhas Senhoras e
Meus Senhores,

Ao darmos início a esta Décima Terceira Sessão da Assembleia Popular saudamos os Deputados deste órgão máximo do poder de Estado da República Popular de Moçambique, representantes legítimos do nosso povo.

A vossa dedicação, o vosso espírito de trabalho árduo e de sacrifício, o vosso heroísmo no combate à fome e à nudez, na luta contra o banditismo armado, são qualidades de verdadeiros servidores do povo. O vosso empenhamento na defesa do poder popular é garantia de que saldamos vitoriosos no combate que travamos.

Agradecemos a presença dos membros do Corpo Diplomático e nesses queremos saudar os povos e os Governos dos países que representam, certos de que sabermos continuar a desenvolver as relações de amizade, cooperação e solidariedade que unem os nossos Povos e Estados.

Saudamos também os convidados a esta Sessão, cidadãos que representam os mais variados sectores sócio-económicos e religiosos da nossa sociedade e que, como é já nossa tradição bem conhecida, irão acompanhar os trabalhos da Assembleia Popular.

Ao dirigimo-nos a esta magna Assembleia queremos recordar a memória dos de utados que faleceram no período decorrido desde a Décima Segunda Sessão da Assembleia Popular.

Prestamos conhecida homenagem ao:

— Deputado NEHEMIAS TOMAS JEREMIAS NYAMBAR.
Falecido no dia 9 de Setembro de 1984, vítima do acidente de viação. Tinha 27 anos de idade e era responsável pela OJM na província de Sotola desde 1977.

— Deputado ZACARIAS TOMAS.
Falecido no dia 9 de Setembro de 1984, em Sofala, em combate, de arma em punho, quando tentava assaltar a sede do distrito de Marroneu, onde era 1.º Secretário do Comité do Partido e Administrador do Distrito. Tinha 51 anos de idade. ZACARIAS TOMAS foi um combatente na clandestinidade e prisioneiro político nas cadeias da PIDE. Era membro do Comité Central do Partido Frelimo. O seu exemplo de heroísmo e combatividade será sempre recordado na nossa história.

— Deputado AFRICA KULAIO KANHUNGO.
Falecido no dia 2 de Abril de 1985, em Tete, na localidade de Cassapatiza, vítima de doença. Tinha 75 anos de idade. AFRICA KULAIO KANHUNGO, na sua juventude esteve na antiga Abissínia, hoje Etiópia, a combater as tropas fascistas de Mussolini. Foi um veterano da Luta Armada de Libertação Nacional. Participou activamente na mobilização das populações da sua região, na luta contra o colonialismo português. Em 1969, com 59 anos de idade, voluntariou-se e recebeu treino político-militar em Nachingwea. Após a Independência, soube ganhar ainda mais prestígio e estima pela forma como se destacou nos tarefas da reconstrução nacional. AFRICA KULAIO KANHUNGO legou uma vida de exemplo a todos nós.

Em memória destes deputados e patriotas moçambicanos, paço que observemos um minuto de silêncio.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Esta sessão da Assembleia Popular realiza-se catorze meses após a Décima Segunda Sessão, facto que significa que a periodicidade estabelecida não foi cumprida.

Este facto tipou a divergência à necessidade que tivemos de concentrar os nossos esforços nas tarefas prioritárias do combate à fome e à eliminação do banditismo armado, assim como na frente diplomática.

As medidas fundamentais da política económica que tomámos, obrigaramos, uma vez mais, a dirigir os nossos recursos humanos, materiais e financeiros para essas áreas.

Esses condicionamentos, que obstaram à realização das sessões da Assembleia Popular com a periodicidade normal, têm impossibilitado também a organização e efectivação das eleições gerais previstas para o corrente ano.

É responsabilidade da Assembleia Popular pronunciar-se sobre esta importante questão e tomar decisões que permitam, no mais curto espaço de tempo, a criação de condições organizativas para a eleição das As-

sembleias do Povo em todos os escalões.

O nosso povo e o Estado moçambicano estão decididamente engajados na luta pela eliminação do banditismo armado, para a instauração de um clima de paz e tranquilidade no nosso País.

O Povo moçambicano e o seu braço armado, as Forças Armadas de Moçambique (FAPLM), têm sabido assu-

mir os sacrifícios necessários e conquistar vitórias no terreno da luta contra o banditismo armado.

As nossas gloriosas Forças Armadas têm-se empenhado com determinação e heroísmo na defesa da soberania, da integridade territorial, das conquistas populares e da Independência Nacional.

A batalha económica que travamos tem sido presentemente desenvolvida nas condições de uma economia de guerra, exigindo grandes esforços e sacrifícios. É com total empenho que o Povo moçambicano se dedica às tarefas do aumento da produção alimentar e dos bens de consumo necessários ao esforço de defesa da Pátria e à melhoria das condições de vida.

Partimos de uma situação desastrosa resultado da dominação secular do colonialismo sobre o nosso País. Sofremos ainda as sequelas do emakabetsismo, ignorância, miséria, exploração e do subdesenvolvimento. Sofremos, na carne, as consequências das agressões do regime racista da Rodésia do Sul e os prejuízos resultantes da aplicação integral das sanções contra a colónia britânica da Rodésia do Sul.

Somos alvo da conspiração imperialista que se traduz na criação, financiamento e direcção do banditismo armado contra o nosso povo, e através de tentativas de acções de bloqueio económico não declarado.

No período que decorreu entre a última e a presente sessão da Assembleia Popular, continuámos a agir no sentido de esclarecer a comunidade internacional quanto à nossa política, às potencialidades e necessidades do nosso País.

Prossequimos as negociações com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Convenção de Lomé III, que conduziram à adesão da República Popular de Moçambique a essas instituições internacionais.

Concluímos também nesse período uma primeira fase de renegociação da dívida externa da República Popular de Moçambique.

Aprovámos a Lei dos Investimentos Estrangeiros, instrumento importante da delimitação do regime legal do investimento estrangeiro privado em Moçambique, que será nesta sessão apresentada para ratificação.

Impedidos, neste processo, o bloqueio económico ao nosso País e outras condições favoráveis a um relacionamento e cooperação económicos com todos os Estados, independentemente do seu sistema político, económico e social.

O Governo tomou um conjunto de medidas de política económica com vista a estimular a produção para exportação e abastecimento do povo. São designadamente, medidas de descentralização de competências, de in-

trodição de alterações na área dos preços, de definição de novos regimes cambiais e de clarificação do papel das empresas na economia nacional.

Estas medidas destinam-se a dinamizar a economia nacional, a rentabilizar o sector estatal empresarial, a aumentar a produção nos sectores familiar e cooperativo, e a elevar a contribuição do sector privado.

Nas condições de uma economia de guerra, o sucesso dessas medidas exige necessariamente uma Direcção e planificação estatal forte e eficaz,

doz de instabilidade e tensão na zona Austral da África. Baseamos a nossa política externa nos princípios do reforço da Unidade Africana, do Não Alinhamento e da aliança anti-imperialista.

Participámos na Cimeira de S. Tomé e Príncipe, onde através da «Declaração de S. Tomé», nela aprovada, mais uma vez pudemos sentir que a amizade e a solidariedade entre os cinco países se aprofundou através do fortalecimento contínuo da cooperação conjunta.

Efectuámos uma visita de Estado

à República do Malawi, país com o qual a República Popular de Moçambique tem tradicionais ligações geográficas, históricas e culturais.

No Malawi lembrámos as bases para um relacionamento mais aprofundado e uma cooperação sólida e multifacetada entre os nossos dois países.

Estivemos na República da Zâmbia por ocasião do 26.º aniversário da criação da UNIP e 20.º aniversário da independência daquele país irmão.

Em Arusha, na Tanzânia, participámos na Conferência da Internacional Socialista de apoio aos países da Linha da Frente.

A República Popular de Moçambique esteve representada activamente em todas as Cimeiras dos Chefes de Estado e Governo dos países da Linha da Frente.

Como membro da SADCC, a República Popular de Moçambique participou na 5.ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo desta Organização, realizada na capital do Botswana, Gaborone.

Nela, discutimos mecanismos concretos que visam imprimir uma nova dinâmica nas acções da SADCC a fim de atingir os seus objectivos de independência e progresso económico dos países membros.

Em Adis Abeba, na vigésima Cimeira da OUA, contribuímos com a nossa activa participação, para o reforço da Unidade Africana e fortalecimento do carácter progressista e anti-colonialista da nossa organização.

Esta Cimeira revestiu-se de grande importância com que se debata a nossa organização continental. Ela veio criar condições para que a OUA se ocupe essencialmente dos graves problemas económicos e sociais que ainda condicionam o Continente Africano.

E neste contexto, que a Cimeira da OUA, que se realiza no próximo mês, terá como tema dominante os «problemas económicos e sociais do nosso Continente».

Durante o período que antecede a 13.ª Sessão visitámos vários países socialistas da Ásia e Europa, nomeadamente a República Popular da China, a República Popular Democrática da Coreia, a República Socialista do Vietname, a República Socialista da Roménia e a República Popular da Bulgária.

Nestes países pudemos reforçar os laços de amizade que nos unem e estabelecer a desenvolver a cooperação mútua em benefício mútuo.

Delegações de alto nível do nosso Estado tiveram ocasião de, com a sua presença, manifestar o profundo pesar da República Popular de Moçambique pelo desaparecimento físico de

URSS e de INDIRA GANDHI, Primeiro-Ministro da República da Índia e Presidente em Exercício do Movimento dos Países Não-Alinhados, eminentes estadistas cuja memória perdurará nos tempos pela sua acção em prol da libertação dos povos e da paz mundial. Queremos também nesta ocasião, manifestar o profundo pesar do Estado moçambicano, ao Povo e Estado da República Federativa do Brasil pelo recente falecimento do Presidente eleito TANCREDO NEVES.

No mesmo período tivemos a honra

de acolher no nosso País visitas oficiais e de trabalho de importantes delegações de alto nível de vários países.

Recebemos as visitas de Sua Excellências:

• Presidente de Bourkina Fasso, Capitão THOMA SANKARA;

• Presidente da República Árabe Saáriana Democrática, MOHAMMED ABDEL AZIZ;

• Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Dr. MANUEL PINTO DA COSTA;

• Presidente da República Popular de Angola, JOSE EDUARDO DOS SANTOS;

• Presidente da República da Zâmbia, Dr. KENNETH DAVID KAUNDA;

• Primeiro-Ministro da República Portuguesa, Dr. MARIO SOARES;

• Primeiro-Ministro da República da Bulgária, GRISHA FILIPOV;

• Recebemos em visita privada, Sua Excellência o Presidente da República Portuguesa, General ANTONIO RAMALHO EANES.

Estas visitas foram ocasiões para analisarmos o nível de relações existentes entre os nossos Estados, aprofundarmos as nossas áreas de cooperação e apreciarmos os últimos desenvolvimentos da política internacional, particularmente a situação prevalente na África Austral.

Por ocasião do 40.º aniversário da histórica vitória sobre o nazismo e o fascismo hitleriano que se comemorou este ano, a República Popular de Moçambique, com importantes delegações participou a nível nacional e internacional em vários eventos a ele alusivos.

Este foi um acontecimento importante para toda a Humanidade pelo que ele representou de triunfo dos ideais de Justiça, Liberdade e Independência sobre os valores retrogrados do expansionismo, militarismo e racismo.

No quadro do alargamento da cobertura diplomática do nosso País no exterior, estabelecemos Embaixadas e homólogos Embaixadores para:

- a República Francesa;
- o Reino da Bélgica;



O Presidente Samora Machel na abertura da 13.ª Sessão da Assembleia Popular

aliada a estímulos adequados e a uma ampla iniciativa e autonomia de gestão.

A Ofensiva Política e Organizacional permanente, na presente situação, um meio fundamental para intensificarmos o combate político e ideológico em que nos demarcamos do inimigo. A Ofensiva é também um instrumento de cada deputado, de cada dirigente, de cada cidadão, para a luta pela organização, pela disciplina, pela responsabilização, pelo controlo.

Mantem viva, no quotidiano, a Ofensiva Política e Organizacional é tarefa permanente de cada um de nós.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

Temos sido obrigados a enfrentar, em anos sucessivos, o flagelo das calamidades naturais. As secas prolongadas, as inundações catastróficas, os ciclones devastadores, destroem as nossas casas, as nossas culturas, as nossas estradas, as pontes, as linhas férreas, as linhas de alta tensão, os projectos que criámos para o nosso desenvolvimento.

Querámos, nesta ocasião, os países socialistas que, guiados pelos princípios de amizade e solidariedade internacionalistas, têm assegurado à República Popular de Moçambique, nos momentos difíceis, um valioso apoio e contribuído para minimizarmos dificuldades e consolidarmos o nosso Estado Popular.

Saudamos os países ocidentais, incluindo os EUA, as organizações internacionais e as organizações não governamentais que, com o seu impenhamento e apreciável apoio material e humano, participam no esforço para minorar os efeitos das calamidades naturais que têm assolado o nosso País.

Querámos, deste modo, exprimir o nosso reconhecimento profundo à comunidade internacional pelo apoio significativo e oportuno que tem prestado ao Povo moçambicano.

O nosso khamhamba a todos!

Senhores Deputados,
Senhores Convidados,

No prosseguimento da ofensiva diplomática que desancetámos desde os finais de 1983, para romper com o isolamento que o imperialismo procurou impor ao nosso País, temos vindo a continuar com a nossa intensa actividade política e diplomática. Consequimos tomar mais claro à comunidade internacional que a República Popular de Moçambique é um Estado amante da Paz, que continua a cooperar com todos os povos do Mundo e em particular que o regime do «apartheid» é o causa-

• a Comunidade Económica Europeia.

Este processo irá contribuir para aumentar o nível de relacionamento do nosso País com a comunidade internacional, projectar ainda mais a imagem e o prestígio do nosso País no exterior.

Senhores Deputados,

A Décima Terceira Sessão da Assembleia Popular realizou-se nas vésperas do Décimo Aniversário da Proclamação da Independência Nacional.

Este é o momento de fazermos o balanço do que têm sido os dez anos, da nossa Independência, para avaliar os resultados por nós levadas a cabo nas condições mais difíceis. Só com este conhecimento profundo estaremos aptos a entrar, na segunda década da nossa Independência, com a devida consciência do muito que se fez e do muito que ainda resta fazer.

É necessário, que seja dada, nos nossos trabalhos, uma atenção especial ao balanço da realização das tarefas comemorativas do Décimo Aniversário da Independência Nacional pelos vários sectores, bem como do Programa das Celebrações do Décimo Aniversário da Independência Nacional.

No uso da competência atribuída pela Constituição da República à Assembleia Popular, este órgão apreciará o projecto de Resolução de ratificação dos actos legislativos da Comissão Permanente da Assembleia Popular.

A Assembleia apreciará igualmente os projectos de lei do Plano Estatal Central e do Orçamento Geral do Estado para 1985.

Estes são instrumentos fundamentais que orientam a vida económica e social do nosso Estado e que, embora já se encontrem em fase de execução, devem merecer a atenção dos senhores Deputados.

Esta nossa Assembleia Popular é a materialização da vontade soberana do Povo moçambicano que, com a Independência Nacional, lançou no nosso País as bases de um Estado de democracia popular.

Com as primeiras eleições gerais para as Assembleias do Povo em 1977, instalámos o poder popular da base ao topo, criando as condições para que o nosso povo exerça de facto o poder.

A Assembleia Popular constitui a representação suprema em que o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo exerce o poder.

Dotada de um carácter e de métodos populares, a nossa Assembleia tem estabelecido e deliberado corajosamente sobre questões fundamentais do nosso desenvolvimento.

Foi nesta Assembleia que estruturámos no essencial o Estado de democ-

cracia popular e dotámos as Assembleias do Povo de órgãos executivos.

Nesta Assembleia fizemos da planificação um meio fundamental da Direcção.

Estabelecemos um novo sistema fiscal.

Estruturámos o sistema bancário.

Definimos as normas de organização e funcionamento do sector empresarial e do exercício da actividade comercial no nosso País.

Foi também nesta Assembleia que decidimos implementar o Sistema Nacional de Educação a «prográmas de Declaração dos Direitos da Criança, deliberações de valor inestimável para a criação do Homem Novo moçambicano».

Adoptámos nesta Assembleia deliberações fundamentais para a edificação e reforço das Forças Armadas de Moçambique (FAPLM) como forças nacionais e poderosas, e demais Forças de Defesa e Segurança.

Neste órgão aprovámos leis básicas para a defesa da nossa economia e da segurança do povo e do Estado Popular.

É, em suma, esta a Assembleia que, na base das orientações do Partido Frelimo, estabelece a estratégia global da luta contra o subdesenvolvimento e zela pela sua implementação para que o progresso e o bem-estar do povo sejam realidade na República Popular de Moçambique.

Ao promoverem a execução das deliberações da Assembleia Popular e das demais Assembleias do Povo, os deputados têm sido um vector essencial no reforço da vida nacional e do Estado.

As Assembleias do Povo e os seus deputados têm contribuído activamente na criação de uma sociedade anti-imperialista, anti-regionalista e anti-racista, de uma sociedade onde se cultiva o respeito e o amor entre os homens, onde a cidadania pensa, concebe, decide e executa criadoramente.

As Assembleias do Povo e os seus deputados tornaram-se a numa conquista cultural do nosso povo.

Senhores Deputados,

Estes vão ser dois dias intensos do nosso trabalho, em que estaremos juntos para nos debruçarmos e decidirmos sobre questões da vida do nosso povo e do nosso Estado.

Conscientes da elevada responsabilidade de que somos mandatários como representantes de todo o Povo moçambicano, engajamo-nos com dedicação, entusiasmo e criatividade nos trabalhos da décima Terceira Sessão da Assembleia Popular.

A LUTA CONTINUA!

MUITO OBRIGADO!



Um pormenor dos participantes da Assembleia Popular que ontem encerraram os trabalhos